

### RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

(enviar para e-mail: licitacoes@itupeva.sp.gov.br)

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura Municipal e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo à Divisão de Licitações.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Itupeva da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à <u>www.itupeva.sp.gov.br</u>, licitações, para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.

_		
PREGÃO PRESENCIAL N°	113/2016	
PROCESSO N°8063/16		
Denominação:		
CNPJ n <sup>e</sup> :		
Endereço:		
e-mail:		
Cidade		
Estado:		
Telefone:		
Fax:		
Contato:		
Obtivemos, através do ac	esso à página <u>w</u>	ww.itupeva.sp.gov.br, nesta data
cópia do instrumento conv	ocatório da licita	ação acima identificada.
Local:,	_ de	_ de
Nome:		



# PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/16 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2016

PROCESSO N°8063/16

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE

**EXAMES DIAGNÓSTICOS.** 

LICITAÇÃO: MENOR PREÇO UNITÁRIO DATA DA REALIZAÇÃO: 13/09/2016 HORÁRIO INÍCIO: 10:00 horas

LOCAL: Paço Municipal - Av. Eduardo Aníbal Lourençon, 15 - Pq. Das Vinhas -

Itupeva/SP.

RETIRADA DO EDITAL E SEUS ANEXOS: www.itupeva.sp.gov.br - licitações

### 1. PREÂMBULO

- 1.1. A Prefeitura do Município de Itupeva através do Setor de Licitações TORNA PÚBLICO que se acha aberta licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS, atendendo solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE esse pregão será regida pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº 1.956 de 28/07/2006 e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 aplicando-se, ainda, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
- **1.2.** As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.
- **1.3.** Os envelopes contendo a Proposta e os Documentos para Habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.
- **1.4.** Quando da participação das microempresas e empresas de pequeno porte serão adotados os critérios estabelecidos no Art. 43 da Lei complementar n°123/2006.
- **1.5.** A sessão do pregão será realizada **no Paço Municipal Av. Eduardo Aníbal Lourençon, 15 Pq. Das Vinhas Itupeva/SP, no dia <u>13/09/2016</u>, às <u>10:00h</u>, quando ocorrerá o credenciamento. A sessão pública será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.**

### 2. DO OBJETO

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS, conforme Termo de Referência (Anexo I).



### 2.2 DOS SERVIÇOS

- **2.2.1** Contratação com prestadores de exames de apoio diagnóstico segundo planilha de exames e quantitativos que fazem parte integrante do presente edital.
- **2.2.2** Informamos que para preservação da integridade física de nossos munícipes no que se refere à realização de exames de apoio diagnóstico, é necessário que o local de realização dos referidos exames seja na abrangência de no máximo até 70 Km por Rodovia, sendo o transporte dos pacientes por conta da Prefeitura Municipal de Itupeva.
- **2.2.3** Essa licitação está aberta a todos os interessados a nível nacional, desde que os exames sejam realizados na abrangência do item 2.2.2.
- 3.4. Os serviços serão executados mediante agendamento da Secretaria Municipal de Saúde, no estabelecimento da licitante, sendo que os pacientes podem ser provenientes de quaisquer faixas etárias ou com necessidades especiais, razão pela qual a licitante contratada deverá possuir estrutura para atendimento de quaisquer pacientes.
- 3.5. Os exames requisitados na presente licitação deverão ser realizados em campo fechado.

### 3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**3.1.** As despesas decorrentes onerarão o recurso orçamentário da categoria econômica n° **10.302.0022.2106.0000-3.3.90.30.00**— **Secretaria Municipal de Saúde,** para o exercício de 2016/2017, **sendo o valor estimado da licitação de R\$ 356.647,65.** 

### 4. DA PARTICIPAÇÃO

- **4.1.** Poderão participar do certame todos os interessados que atuem no ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.
- **4.2**. Não será permitida a participação de empresas:
- 4.2.1. Estrangeiras que não funcionem no País;
- 4.2.2. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- **4.2.3.** Concordatárias em recuperação judicial ou extrajudicial:
- **4.2.3.1**. Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, sua participação no certame será permitida desde que apresente seu plano de recuperação judicial devidamente homologado em juízo, sem prejuízo do atendimento dos demais requisitos habilitatórios;
- **4.2.4**. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- **4.2.5**. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.



- **4.3.** A licitante que se apresentar como ME ou EPP deverá apresentar declaração (MODELO ANEXO), no credenciamento, acompanhada de ao menos um dos seguintes documentos:-
- **4.3.1.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte **que optar pela fruição** dos benefícios da Lei Complementar nº. 123/06:
- **4.3.2.** Quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sitio da Secretaria da Receita Federal:
- **4.3.3.** Quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3°, da Lei Complementar n°. 123/06, ou ainda, comprovação da condição de ME/EPP, emitida pela Junta Comercial.
- 4.3.4. A participação nas condições previstas nesta alínea implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do art. 3°, da Lei Complementar n°. 123/06.

### **5. DO CREDENCIAMENTO**

- **5.1.** Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- **5.1.1.** Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- **5.1.2.** Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular, este último **com firma reconhecida**, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- **5.1.3.** Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, bem como a Declaração de Plena Adequação da Proposta para com o Anexo I, de acordo com os modelos estabelecidos nos Anexos II e III do Edital, **deverá ser apresentada FORA DOS ENVELOPES e serem entregues juntamente com o credenciamento**, datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, ficando sujeita a punição prevista no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- **5.2.** O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- **5.3.** Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um credenciado.

### 6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES



**6.1.** A proposta deverá ser apresentada no envelope de n° 1 e os documentos para habilitação no envelope de n° 2, envelopes fechados e indevassá veis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N°1 – PROPOSTA PREGÃO N°XXX/XXXX PROCESSO N° XXX/XXXX RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE CNPJ N° E NVELOPE N°2 - DOCUMENTAÇÃO
PREGÃO N°XXX/XXXX
PROCESSO N° XXX/XXXX
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ N°

**6.2.** A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos licitantes, prejuízo a administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

### 7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- **7.1.** A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
- a) Nome, endereço, telefone, fax, CNPJ e inscrição estadual;
- b) Número do Processo e do Pregão Presencial;
- c) Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- d) Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional (Ex. R\$ 0,00);
- e) Condições de pagamento: 30 dias após a entrega;
- f) Assinatura e identificação completa do representante legal da proponente;
- g) Prazo de validade da proposta de no mínimo, 60 (sessenta) dias.
- **7.2.** Não se admitirá proposta que apresentem preço global simbólico irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, acrescido dos respectivos encargos, nos termos do inciso II, do Art. 48 da Lei nº 8666/93 e suas alte rações.
- **7.3.** Eventuais erros formais poderão ser corrigidos de plano pelo pregoeiro. Entende-se por erros formais, aqueles que não possuem força suficiente para macular a essência da manifestação realizada.

### 8. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

8.1. Os documentos solicitados para habilitação poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou em cópia simples acompanhadas dos originais para ulterior conferência. Caso a empresa interessada esteja dispensada por lei de qualquer documento exigido neste edital, deverá apresentar declaração fundamentada neste sentido.



- **8.2.** A documentação apresentada será idônea se o seu prazo de validade estender-se, pelo menos, até a data limite fixada para o recebimento das propostas.
- **8.3.** O Envelope "Documentos para Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

### **8.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- **8.4.1.** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- **8.4.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- **8.4.3.** Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações.
- **8.4.4.** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- **8.4.5.** Os documentos relacionados nos subitens **8.4.1 até 8.4.3** não precisarão constar do Envelope "Documentos para Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

### **8.5. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- **8.5.1.** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda **(CNPJ)**;
- **8.5.2.** Prova de Inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual **(DECA OU CCM)**;
- **8.5.3.** Prova de regularidade à Seguridade Social **(INSS)** e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- **8.5.4.** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal (**mobiliário**) e Estadual da sede da licitante relativa ao **ICMS**;
- **8.5.5.** Prova de situação regular através de certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais **Tributos Federais e a Divida Ativa da União**, por elas administrados.



- **8.5.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)**, nos termos da Lei Federal n°12.440 de 07 de julho de 2011.
- 8.6. Da habilitação de micro empresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- **8.6.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- **8.6.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis cujo termo inicial correspondente ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, podendo ser prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, negativa.

### 8.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**8.7.1.** Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida até **90 (noventa) dias** da abertura dos envelopes pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou domicílio da pessoa física.

### 8.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**8.8.1.** Atestado de Capacidade Técnica em nome da Licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível com **o objeto** do presente certame.

### 8.9. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- **8.9.1.** Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição e na Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, conforme modelo Anexo IV deste Edital.
- **8.9.2.** Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme modelo Anexo V deste Edital.
- 8.9.3. Declaração que caso a licitante seja vencedora os exames serão realizados em municípios com abrangência de até 70 km por Rodovia.
- 8.9.4. Declaração que caso a licitante seja vencedora os exames, apresentará em até 05 (cinco) dias úteis após a realização do certame, os seguintes documentos:-
- **8.9.4.1.** Comprovante de regularidade no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES).



**8.9.4.2 Licença/Alvará de funcionamento** emitido pela Vigilância Sanitária em sua validade.

### 8.10. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

**8.10.1.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará **como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

### 9. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- **9.1.** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, desclassificando aquelas que desatenderem as especificações deste edital, nos termos do art.4º, VII da Lei 10.520/02.
- **9.2.** Caso sejam reprovadas todas as propostas de determinado item, poderá o Pregoeiro cancelar o item do Pregão, tendo por base o interesse público.
- **9.3.** No tocante aos preços às propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 9.4. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos licitantes.
- **9.5.** Estará assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Art. 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.
- **9.6.** As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- **9.6.1.** Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;
- **9.6.2.** Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- **9.7.** O Pregoeiro convidará, individualmente, os autores das propostas selecionadas, para formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor.



- **9.8.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, observada a redução mínima entre os lances de **R\$ 0,10**, aplicável inclusive em relação ao primeiro.
- **9.9.** Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da administração.
- **9.10.** Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os valores praticados no mercado, esta poderá ser aceita.
- **9.11.** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.
- **9.12 -** Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- **9.13.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- **9.14.** Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- **9.15.** A aceitabilidade será auferida a partir dos preços de mercado vigentes apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que faz parte do presente processo.
- **9.16.** Considerado aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os Documentos para Habilitação do respectivo proponente.
- **9.17.** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos Documentos para Habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
- -Verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- **9.18.** A verificação será certificada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada, não deixando com esse ato a responsabilidade da veracidade da documentação apresentada pela licitante.
- **9.19.** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação.
- **9.20.** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.



- **9.21.** Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente de menor preço e negociará com o seu autor decidindo sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.
- **9.22.** Da Sessão, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelo representante das licitantes presentes.

### 10. DO RECURSO E DA HOMOLOGAÇÃO

- **10.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção em recorrer, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias consecutivos para apresentação de memorais para apresentação das razões do recurso, observado o disposto no artigo 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **10.2.** A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e será adjudicado o objeto pelo pregoeiro, depois de encaminhado o processo à autoridade competente para a homologação.
- **10.3** As contrarrazões decorrentes de manifestação de recursos na Sessão Pública deverão ser protocoladas diretamente no Setor de Protocolo no Paço Municipal, sito a Rua Eduardo Aníbal Lourençon, 15 Parque das Vinhas, aos cuidados do Pregoeiro, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **10.4.** Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- **10.5.** O recurso terá efeito suspensivo devendo ser decidido em até 5 (cinco) dias úteis pela Administração e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **10.6.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura do Contrato.

### 11. DO PRAZO DE VALIDADE E DE SUA PRORROGAÇÃO.

11.1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, podendo ser reajustado somente após 12 (doze) meses caso venha a ser prorrogado por igual período, tendo como data base a apresentação da proposta comercial, adotando a variação do INPC/IBGE.



**11.2.** O prazo de validade do contrato será de 12 (doze) a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, respeitado o limite legal previsto no artigo 57, II, da Lei Federal 8.666/93, por tratar-se de fornecimento de natureza continua.

# 12. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO DA ALTERAÇÃO, RESCISÃO E EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO.

- **12.1.** O contrato somente poderá ser alterado, por escrito, via aditamento, que se submeterá ao artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e aos demais dispositivos aplicáveis à espécie.
- **12.2**. O contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Itupeva no todo ou em parte, nos casos abaixo discriminados, assegurando-se o direito de defesa prévia e ampla defesa cujos prazos observarão o disposto no art.109 da Lei 8666/93:
- **a)** falir, entrar em concordata, recuperação judicial ou extrajudicial tiver sua firma dissolvida ou deixar de existir;
- b) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A subcontratação do seu objeto;
- **d)** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- **12.3**. Constituem também motivos de rescisão os demais casos elencados nos artigos 77, 78,79 e 80 da Lei Federal n°8.666/93, alterada pel a Lei Federal n°8.883/94.
- **12.4.** Eventuais pedidos de equilíbrio econômico financeiro deverão ser protocolados e encaminhados à Diretoria Administrativa, com os devidos comprovantes, para posterior análise da Prefeitura, nas formas estabelecidas pela Lei 8666/93 e suas posteriores alterações e em face de superveniência de normas federais, estaduais ou municipais sobre a matéria, ficando o licitante vencedor obrigado a executar os serviços solicitados no período dessa análise.

### 13. DO PAGAMENTO

**13.1.** O pagamento à CONTRATADA será feito, em até 30 (trinta) dias, mediante crédito em conta corrente, após a apresentação de nota fiscal de serviços/fatura, discriminando os serviços efetivamente executados, acompanhada do atesto de conformidade firmado pelo gestor do contrato.

### 14. DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO

14.1. Os serviços deverão ser realizados no estabelecimento da Licitante, em municípios com abrangência de até 70 km por Rodovia.

### 15. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO



- **15.1.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, observadas as normas contidas no Decreto Municipal nº 1.956/06, no que couber.
- **15.2.** Nas hipóteses de inexecução total ou parcial poderá a Administração aplicar a proponente vencedora às sanções descritas no art.87 da Lei 8.666/93 e ainda: notificação e multas descritas abaixo:
- -Advertência
- -Multa de 10% sobre o valor global do contrato, quando deixar de cumprir as obrigações constantes deste edital.
- -O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Prefeitura Municipal de Itupeva. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.
- **15.3.** Os procedimentos para aplicação de multas relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, bem como demais penalidades, serão conduzidos no âmbito do órgão contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, respeitados o contraditório e ampla defesa.

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **16.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampla disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que cumpridas todas as especificações e que não comprometam o interesse público a finalidade e a segurança da contratação.
- **16.2.** O órgão licitante poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, decorrente de fatos supervenientes a sua abertura, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado. Em ambos os casos serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- **16.3.** A homologação do resultado desta licitação não obrigará a Administração a firmar contratos que dela poderão advir, conforme Decreto Municipal nº 1.956/06.
- **16.4.** Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico: www.itupeva.sp.gov.br.
- **16.5.** Os envelopes contendo os Documentos para Habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Eduardo Aníbal Lourençon, 15 Pq. das Vinhas, Itupeva, após a publicação do Contrato.
- **16.6.** Os envelopes que não forem retirados no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação do contrato, serão destruídos.
- **16.7.** Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, sendo que as razões deverão ser protocoladas diretamente no Setor de Protocolo no Paço Municipal, sito a Rua Eduardo Aníbal



Lourençon, 15 – Parque das Vinhas, aos cuidados do Pregoeiro, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

- **16.8.** A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 2 (dois) dias úteis.
- **16.9.** Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação da proposta.
- **16.10.** Em caso de alteração do texto do edital e de seus anexos que afete a documentação a ser apresentada ou formulação da proposta, será restituído na íntegra o prazo de divulgação antes concedido.
- **16.11.** Integram o presente Edital:
- ANEXO I Termo de Referência;
- **ANEXO II** Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e Proposta para com a Especificação do Objeto (Anexo I);
- **ANEXO III –** Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho;
- **ANEXO IV –** Declaração de Inexistência de Impedimento Legal;
- **ANEXO V –** Declaração Somente para microempresas e empresas de pequeno porte;
- ANEXO VI Minuta do Contrato.
- **16.12.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- **16.13.** Não será exigida a prestação de garantia para as contratações resultantes desta licitação.
- **16.14.** Os esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados através do e-mail <u>licitações@itupeva.sp.gov.br.</u>, ou pelo telefone (11) 4591-8100.
- **16.15.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro de Itupeva/SP da Comarca de Jundiaí/SP.

Itupeva, 30 de agosto de 2016.

Maria Aparecida Adomaitis Pregoeira

> Ricardo Bocalon Prefeito Municipal



# ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

	<u></u>	
ÍTEM	PROCEDIMENTO	QUANTIDADE P/ 12 MESES
1	ANGIORRESSONÂNCIA , COM SEDAÇÃO	2
2	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COM OU SEM CONTRASTE COM SEDAÇÃO	40
3	ESTUDO URODINÂMICO	100
4	CISTOSCOPIA E/OU URETEROSCOPIA E/OU URETROSCOPIA	5
5	CINTILOGRAFIA DE CÂMARAS CARDÍACAS EM ESFORÇO	2
6	CINTILOGRAFIA DE CÂMARAS CARDÍACAS EM REPOUSO	2
7	CINTILOGRAFIA DE CORPO INTEIRO	25
8	CINTILOGRAFIA DE FÍGADO E BAÇO	5
9	CINTILOGRAFIA DE MIOCÁRDIO EM REPOUSO	30
10	CINTILOGRAFIA DE MIOCÁRDIOMEM ESTRESSE	30
11	CINTILOGRAFIA DE TIREÓIDE, COM OU SEM CCAPTAÇÃO	20
12	CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA	5
13	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM OU SEM CONTRASTE (MULTSLICE COM NO MÍNIMO DE 64 CANAIS)	180
14	ECOCARDIOGRAMA DE ESTRESSE	15
15	ECOCARDIOGRAMA FETAL	3
16	ECOCARDIOGRAMA TRANSESOFÁGICO	6

Página 15 de 23 Av. Eduardo Aníbal Lourençon, 15 | Pq. Das Vinhas | Itupeva | SP CEP 13.295-000 | Fone: (11) 4591-8100 | www.itupeva.sp.gov.br



17	BIÓPSIA DE PRÓSTATA + ANATOMOPATOLÓGICO	30
18	BIÓPSIA DE PRÓSTATA, COM SEDAÇÃO + ANATOMOPATOLÓGICO	5
19	PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR COMPLETA COM BRONCODILATADOR (ESPIROMETRIA)	80
20	PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR SIMPLES	80
21	POLISSONOGRAFIA	20



# **ANEXO II**

# DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E PLENA ADEQUAÇÃO DA PROPOSTA PARA COM A ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (ANEXO I)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº	
sediada no (endereço completo),	declara, sob as penas da lei,
que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes o	do Edital de Pregão nºXX/XX,
da Prefeitura Municipal de Itupeva.	
(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)	
Local e data	
(OBS : Este documento deverá ser redigido em papel timbrad	lo da licitante.)
Página 17 de 23	100
Av. Eduardo Aníbal Lourençon, 15   Pq. Das Vinhas   Itupeva   CEP 13.295-000   Fone: (11) 4591-8100   www.itupeva.sp.gov	



# ANEXO III

# DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

## DECLARAÇÃO

Eu,				(nome co	mpleto), re <sub>l</sub>	oresentante le	egal da
empresa _					(nom	e da pessoa j	urídica),
interessada	a em partici	oar no pro	ocesso licitat	ório Pregão n.º 3	XX/XX, da	Prefeitura M	unicipal
de Itupeva	, declaro, so	b as pena	s da lei que	, nos termos do §	§ 6º do artig	o 27 da Lei n	ı. <sup>0</sup>
				Novembro			
encontra-s	e em situa	ção regula	r perante o	Ministério do Tra	abalho, no d	que se refere a	à
observânci	a do dispost	o no inciso	XXXIII do a	artigo 7º da Const	ituição Fed	eral.	
Local,	de		de xx	xx.			
	la empresa,			soa que assina)			
(OBS : Est	te documen	to deverá	ser redigid	o em papel timb	rado da lic	itante.)	



# **ANEXO IV**

# DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

### DECLARAÇÃO

Declaramos que a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Administração.
Local e data,
(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

(OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante.)



# ANEXO V

# MODELO DE DECLARAÇÃO – SOMENTE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(NOME DA EMPRESA), CNPJ Nº,
com sede,(endereço completo) por intermédio de seu representante legal, para fins do Pregão nº, DECLARA expressamente, sob as penalidade
cabíveis, que :
A)Encontra-se enquadrada como empresa de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte,
em atendimento a Lei Complementar 123/2006.
3)Tem conhecimento dos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, em
cumprimento ao art. 32,§2º, da Lei nº 8.666/93.
(assinatura do representante legal)
Nome ou carimbo do declarante:
Cargo ou carimbo do declarante:
Nº da cédula de identidade:
Telefone, fax e e-mail para contato:
OBS : Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante.)
Página 20 de 23
Av. Eduardo Aníbal Lourençon, 15   Pq. Das Vinhas   Itupeva   SP



# **ANEXO VI**

### **MINUTA DO CONTRATO**

PROCESSO ADMINIS PREGÃO Nº CONTRATANTE:	·===		
CONTRATADA:			
Aos	dias do mês de	do ano d	lois mil, no Paço
Municipal, a Prefeitura	Municipal de Itupeva, sit	uada Rua Eduardo A	Aníbal, nº 15 – Pq. das
	ato representada pelo Sr.		
simplesmente PMI, e, de	e outro, a empresa	, CNPJ nº	com sede na
, k	oairro:, cidade	, telefone	: vencedora e
	supra-referido, por seu		
	nte CONTRATADA resolv		
a prestação de servi-	ços de xxxxxxxxxxxxxx	xx constantes na	cláusula primeira, em
conformidade com o aju	stado a seguir.		<u>-</u>

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

### CLAUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**2.1.** As despesas decorrentes onerarão o recurso orçamentário da categoria econômica **n° xxxxxxxxxxxxxx** – **Secretaria de Saúde**, para o exercício de 2016 e os meses subsequentes onerarão o exercício de 2017.

# <u>CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO E DE SUA PRORROGAÇÃO.</u>

- **3.1.** O prazo do contrato será de **XX (XXXXX)** meses, contados a partir da data da assinatura do respectivo Contrato.
- **3.2.** O prazo de validade do contrato será de 12 (doze) a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, respeitado o limite legal previsto no artigo 57, II, da Lei Federal 8.666/93, por tratar-se de fornecimento de natureza continua..

# <u>CLAUSULA QUARTA - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO DA ALTERAÇÃO, RESCISÃO E EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO.</u>



- **4.1.** O contrato somente poderá ser alterado, por escrito, via aditamento, que se submeterá ao artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e aos demais dispositivos aplicáveis à espécie.
- **4.2**. O contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Itupeva no todo ou em parte, nos casos abaixo discriminados, assegurando-se o direito de defesa prévia e ampla defesa cujos prazos observarão o disposto no art.109 da Lei 8666/93:
- **a)** falir, entrar em concordata, recuperação judicial ou extrajudicial tiver sua firma dissolvida ou deixar de existir:
- b) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A subcontratação do seu objeto;
- **d)** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- **4.3**. Constituem também motivos de rescisão os demais casos elencados nos artigos 77, 78,79 e 80 da Lei Federal n°8.666/93, alterada pela Lei Federal n°8.883/94.
- **4.4.** Eventuais pedidos de equilíbrio econômico financeiro deverão ser protocolados e encaminhados à Diretoria Administrativa, com os devidos comprovantes, para posterior análise da Prefeitura, nas formas estabelecidas pela Lei 8666/93 e suas posteriores alterações e em face de superveniência de normas federais, estaduais ou municipais sobre a matéria, ficando o licitante vencedor obrigado a executar os serviços solicitados no período dessa análise.

### **CLAUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento à CONTRATADA será feito, em até 30 (trinta) dias, mediante crédito em conta corrente, após a apresentação de nota fiscal de serviços/fatura, discriminando os serviços efetivamente executados, acompanhada do atesto de conformidade firmado pelo gestor do contrato.

### <u>CLAUSULA SEXTA – DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.</u>

6.1 Os serviços serão executados mediante agendamento da Secretaria Municipal de Saúde, no estabelecimento da Contratada.

### CLAUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- **7.1.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, observadas as normas contidas no Decreto Municipal nº 1.956/06, no que couber.
- **7.2.** Nas hipóteses de inexecução total ou parcial poderá a Administração aplicar a proponente vencedora às sanções descritas no art.87 da Lei 8.666/93 e ainda: notificação e multas descritas abaixo:



- -Advertência
- -Multa de 10% sobre o valor global do contrato, quando deixar de cumprir as obrigações constantes deste edital.
- -O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Prefeitura Municipal de Itupeva. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.
- **7.3.** Os procedimentos para aplicação de multas relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, bem como demais penalidades, serão conduzidos no âmbito do órgão contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, respeitados o contraditório e ampla defesa.

### CLÁUSULA OITAVA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **8.1.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições estabelecidas neste contrato, em face da superveniência de normas federais ou municipais que regulem a matéria de forma diversa.
- **8.2.** Fica eleito o foro da de Itupeva da comarca de Jundiaí para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo, as partes contratantes, foi por mim, ....., lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em três vias de igual teor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA, xxx de xxxxxxxxx de xxxxx

CONTRATANTE CONTRATADO

**Testemunhas:**